Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 16 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava operando 8 unidades de misturas (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos e Paulínia/SP e Catalão/GO). No mês de junho de 2020, a administração da Companhia, dando continuidade ao seu plano estratégico em atendimento às demandas da região sul mato-grossense, retomou as operações da unidade de Dourados/MS, tendo tido um êxito bastante relevante na retomada da operação naquela região.

A Companhia retomará ainda no segundo semestre de 2021 a operação de misturas em mais duas unidades próprias, sendo elas Rosário do Catete/SE e Rio Verde/GO que em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se hibernadas (não auditado). Neste contexto após a retomada das duas unidades conforme descrito acima, e levando em conta a alienação da unidade de Uberaba/MG, conforme evento subsequente (Nota 28), a operação de mistura e distribuição da Companhia estará utilizando 11 unidades de mistura, permanecendo no final do próximo exercício 3 unidades hibernadas (Porto Alegre e Rio Grande/RS e Paranaguá/PR). O número de unidades totais da Companhia serão 14, sendo menor que em 31 de dezembro de 2019, por conta do encerramento do contrato de arrendamento da unidade de Rondonópolis/MT e do contrato de venda da unidade de Uberaba/MG.

Ressalta-se que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2021.

## 1.1. Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Judicial ("RJ"), o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019 e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

No decorrer da preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia avaliou uma série de cenários possíveis para a evolução de seus negócios operacionais e indicadores financeiros, realizando um conjunto de discussões com credores abrangidos pelo Plano de Recuperação Judicial. Este trabalho preparatório foi alongado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, face à existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas premissas usadas pela Administração e na quantidade e diversidade de informações.

O Plano de Recuperação Judicial aprovado consiste basicamente no reperfilamento da dívida por meio de condições de prazos e taxas de juros diferenciadas para cada classe de credores.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No referido Plano de Recuperação Judicial, são apresentadas as seguintes classes de credores: Classe I - Trabalhistas; (ii) Classe II - Garantia real; (iii) Classe III - Quirografários; (iv) Classe IV - Quirografários (ME/EPP).

As condições de pagamento especificas a cada credor foram definidas, por meio de opções apresentadas no Plano de Recuperação Judicial e manifestadas pelos próprios credores, com prazo original até em 20 de março de 2020, 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação da Recuperação Judicial. Por determinação do Juiz responsável pela recuperação judicial, após análise de recurso de determinados credores, foi concedido o direito de reenvio de opções de recebimentos no Plano de Recuperação Judicial, entre o período de novembro a dezembro de 2020.

O Plano de Recuperação Judicial apensado pelo Administrador judicial, nos autos do processo 1000339-55.2019.8.26.0428, está disponível para consulta no endereço eletrônico da Companhia (<a href="http://ri.heringer.com.br/">http://ri.heringer.com.br/</a>) (não auditado) e no site do Tribunal de Justiça (<a href="http://www.tjsp.jus.br/">http://www.tjsp.jus.br/</a>) (não auditado).

Até 31 de dezembro de 2020, ocorreram pagamentos no montante de R\$ 26.963 realizados a credores da classe I - Trabalhista. O saldo remanescente está previsto para ser liquidado até junho de 2021 em parcelas mensais consecutivas corrigidas pela Taxa de referência ("TR") com vencimento no dia 19 de cada mês.

Neste mesmo período, para os credores das classes III – Quirografários e IV – Quirografários - EPP / ME, foram realizados pagamentos no montante de até R\$ 1,5 (um mil e quinhentos reais), por credor totalizando R\$ 2.968. Para a classe IV, além do pagamento inicial dos R\$ 1,5, foi iniciado os pagamentos das dez parcelas semestrais, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, sendo efetivado pagamentos que resultaram em um desembolso total no valor R\$ 679. O saldo remanescente será liquidado de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial publicado.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu também com o leilão de determinados bens conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial para aceleração de pagamentos da classe I – Trabalhista, ao qual resultou na venda de uma série de ativos não operacionais, o qual gerou o montante de R\$ 7.854, que se encontra depositado em juízo e será destinado aos credores da classe supracitada.

## 1.2. Reestruturação da dívida e seus reflexos

Com advento da aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia geral de credores ocorrida em 3 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dívidas firmadas pela Companhia antes da Recuperação judicial foram novadas, passando a vigorar as condições apresentadas no mesmo. Consequentemente, os passivos concursais originalmente submetidos à Recuperação judicial foram extintos, surgindo assim, um novo passivo financeiro mensurado a valor justo, conforme previsto no CPC48/ IFRS 9 — Instrumentos financeiros. Causando as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, impactos significativos em sua posição patrimonial e financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia contratou uma empresa especializada, a qual se utilizou do método de fluxo de caixa descontado para estimar o valor justo dos mesmos. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante, aos da Companhia após a implantação do plano de recuperação judicial. A metodologia de estimativa de valor justos foi a de Nível 2 – Informações que são observáveis pelo mercado para o passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dívidas em moeda estrangeira.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação judicial totaliza o montante de R\$ 929.041 em 31 de dezembro de 2020, com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

# Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Opção de pagamento	Valor nominal	Ajuste a valor justo	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Variação cambial	Juros incorridos	Pagamentos realizados	tran	Ajustes / sferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Classe I – Trabalhista	Única	29.797	(1.577)	28.220	-	1.426	(26.963)	(i)	5.670	8.353
Total Classe I		29.797	(1.577)	28.220	-	1.426	(26.963)		5.670	8.353
Classe II – Garantia Real	Opção 1	272.344	(104.152)	168.192	39.792	12.968	(2)	(ii)	(2.610)	218.340
	Opção 2	32.565	(12.453)	20.112	1.992	544	-		_	22.648
Total Classe II		304.909	(116.605)	188.304	41.784	13.512	(2)		(2.610)	240.988
Classe III – Quirografários	Opção 1	388.631	(257.141)	131.490	25.669	15.462	(194)	(ii)	(1.957)	170.470
Classe III – Quirografários	Opção 2	105.599	(69.922)	35.677	13.004	6.498	(1.772)	(iii)	(139)	53.268
Classe III – Quirografários	Opção 3	1.129.784	(748.077)	381.707	67.196	30.338	(1.002)	(iv)	(25.627)	452.612
Total Classe III		1.624.014	(1.075.140)	548.874	105.869	52.298	(2.968)		(27.723)	676.350
Classe IV – Quirografários	Opção 1	3.585	(757)	2.828	_	114	(615)		_	2.327
EPP/MP	Opção 2	6.927	(6.052)	875	-	212	(64)		-	1.023
Total Classe IV		10.512	(6.809)	3.703	-	326	(679)		-	3.350
Total geral		1.969.232	(1.200.130)	769.101	147.653	67.562	(30.612)		(24.663)	929.041

- (i) Referente a honorários sucumbenciais devidos pela Companhia o qual foi inscrito na Recuperação Judicial, conforme decisão do juiz responsável pela Recuperação Judicial. Esses honorários serão pagos até o final do primeiro semestre de 2021.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com autorização do juiz responsável pela Recuperação Judicial, procedeu com acordo junto a alguns de seus credores inscritos na recuperação judicial, para utilização de recursos bloqueados por estes para quitação de parte das dívidas. Como consequência o montante de R\$ 2.610 para Classe II Garantia Real e R\$ 1.957 para Classe III Quirografários foram reduzidos das rubricas de "Depósito judicial" e "Outros Ativos" e utilizados na amortização de parte da dívida.
- (iii) Referente a pedido de impugnação apresentado pela Companhia, para correção do valor da dívida de um dos seus credores, o qual foi julgado procedente pelo juiz responsável pela recuperação judicial, resultando assim, na reducão da dívida no montante de R\$ 139.
- (iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia determinou nos autos do processo de recuperação judicial, a extraconcursonalidade da dívida de um de seus credores. Como resultado a Companhia procedeu com a reclassificação de dívida no montante atualizado de R\$ 35.724, para a rubrica de Empréstimos do passivo não circulante. No exercício de 2020, foi também determinado pelo juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia, a decisão de alteração da moeda da dívida de alguns de seus credores, bem como os termos de juros da referida dívida. Como consequência foi observada a modificação substancial nos termos do contrato, resultando na extinção do passivo originalmente contabilizado e registro de um novo passivo mensurado à valor justo, conforme determina o CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1.3. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial, que tem por objetivo assegurar a continuidade das operações da Companhia. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores anteriormente mencionada, cujas dívidas foram novadas e classificadas entre passivo circulante e não circulante, de acordo com os termos e condições do mesmo.

Adicionalmente a administração da Companhia tem uma expectativa razoável sobre a capacidade de manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no Plano de recuperação judicial.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões dispostas no Plano de recuperação judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade da Companhia de continuar sua operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolutivas ou suspensivas incluídas no Plano de recuperação judicial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo do exercício e prejuízo acumulado nos montantes de R\$ 199.183 (R\$ 664.641 de lucro líquido em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 772.030 (R\$ 573.447 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, tendo apresentado ainda em 31 de dezembro de 2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 148.119 (em 31 de dezembro de 2019 patrimônio líquido positivo em R\$ 51.064). Embora os resultados do exercício de 2020 terem sido afetados de maneira significativa pela despesa financeira gerada pela desvalorização do câmbio ocorrido em consequência das incertezas no ambiente econômico, devido a pandemia do COVID - 19, essa despesa não traz impacto direto e relevante no caixa da Companhia em curto prazo, uma vez que: (i) incidem substancialmente sobre os passivos inscritos na recuperação judicial cujos os pagamentos ocorrerão substancialmente a partir de 2023 e por um prazo de até 25 anos e (ii) existe um "hedge" natural para os passivos de curto prazo decorrentes de compra de insumos em moeda estrangeira, considerando que a realização dos estoques se dá por preços de venda balizados pelo dólar, conforme descrito na Nota 24 (b). A administração da Companhia continua confiante que as projeções de fluxos de caixa utilizadas na preparação do Plano de recuperação judicial, que preveem pagamentos no longo prazo, permanecem válidas e são suficientes para suportar a continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 1.5, apesar dos impactos da pandemia do COVID-19 e das incertezas no ambiente econômico, devido ao setor em que a Companhia está inserida a administração não identificou impactos relevantes em suas operações, exceto pelos impactos da volatilidade do câmbio.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1.4. Reapresentação das cifras comparativas

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 — Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, a Companhia está reapresentando as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos seguintes ajustes:

- (i) Transito em julgado do processo que questionava a constitucionalidade do recolhimento de Contribuição previdenciária sobre serviços tomados de cooperativas, ocorrido em 14 de dezembro de 2017, o qual reconheceu de forma definitiva o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos a tal título, no período de 2010 a 2016, devidamente corrigidos pela taxa SELIC (Nota 6), o qual foi reconhecido no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no balanço patrimonial do período mais antigo (1º de janeiro de 2019) nos valores de R\$ 8.568 e R\$ 8.259, respectivamente.
- (ii) Transito em julgado do processo que questionava a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS referente as operações tributáveis, ocorrido em 30 de setembro de 2019, o qual reconheceu de forma definitiva o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos no período de 2002 a 2020, devidamente corrigidos pela taxa SELIC (Nota 6), reconhecido no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 11.112.

A reapresentação das cifras comparativas impactou o balanço patrimonial (o ativo não circulante e o patrimônio líquido nos montantes de R\$ 19.680 e R\$ 8.259 em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2020, respectivamente), e a demonstração do resultado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas " e "Outras despesas financeiras, líquidas" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos montantes de R\$ 4.851 e R\$ 6.569, respectivamente.

Apresentamos abaixo o quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos do balanço patrimonial de 31 de dezembro 2019 e de 1º de janeiro de 2020:

		31 de d	ezembro de 2019		10 d	e janeiro de 2019
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Balanço Patrimonial Ativo						
Circulante	762.333		762.333	951.502	_	951.502
Não circulante	817.600	19.680	837.280	874.220	8.259	882.479
Total do ativo	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722	8.259	1.833.981
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	505.430		505.430	2.378.923		2.378.923
Não circulante	1.043.119		1.043.119	68.635		68.635
Patrimônio líquido	31.384	19.680	51.064	(621.836)	8.259	(613.577)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.579.933	19.680	1.599.613	1.825.722	8.259	1.833.981
patrimonio riquido	1.3/9.933	19.000	1.599.015	1.025./22	0.259	1.055.901

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Demonstração do resultado

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.848)	4.851	(3.997)
Prejuízo operacional	(152.870)	4.851	(148.019)
Resultado financeiro	1.058.588	6.569	1.065.157
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	905.718	11.420	917.138
Imposto de renda e contribuição social	(252.497)		(252.497)
Lucro do período	653.221	11.420	664.641
Lucro por ação atribuível (expresso em Reais por ação)	12,1288	0,2120	12,3408

Não houve outros impactos nas Demonstrações do Resultado Abrangente, dos Fluxos de caixa e do Valor Adicionado, além dos ajustes na demonstração do resultado acima mencionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Como parte da reapresentação, a administração da Companhia avaliou a necessidade de inclusão, no quadro do balanço patrimonial, o balanço do início do período mais antigo reapresentado e concluiu que a divulgação acima efetuada para o referido período é suficiente para a compreensão, por parte dos usuários dessas demonstrações financeiras, da natureza e valores dos ajustes efetuados nas cifras comparativas.

## 1.5. Impactos decorrentes da pandemia do COVID-19

Com o advento da Covid19, surgiu um grande receio no mercado em relação a uma possível recessão econômica, principalmente gerada pela redução da renda da população, podendo vir a impactar a demanda e consequentemente a redução de volumes de vendas internas e externas no mercado como um todo.

Há ainda incertezas relacionadas ao potencial impacto que a pandemia poderá gerar nos negócios como um todo, possivelmente vindo a afetar as operações da Companhia, criando interrupções na cadeia de suprimentos e distribuição, o que impactaria negativamente os negócios, afetando seus resultados operacionais e financeiros.

Tais efeitos poderão também atingir negativamente os clientes da Companhia, mesmo que inseridos no segmento agrícola, principalmente no que diz respeito à possível desaceleração a longo prazo na economia mundial, inclusive mercado agrícola, podendo afetar posições de crédito e liquidez da própria Companhia ou seus clientes. Há países que estão suspendendo a comercialização com outros países, inclusive o Brasil, causando impacto nas importações e, consequentemente, na competitividade interna de diversos segmentos econômicos.

A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, uma vez considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, ainda assim, a pandemia de Covid-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

Outro fator de importante relevância é a forte desvalorização do Real em relação ao Dólar, causando aumento dos custos de fertilizantes, cujas matérias-primas são essencialmente importadas. Tais impactos são geralmente absorvidos pelo mercado com preços de vendas também lastreados no dólar. Este cenário é benéfico aos exportadores no curto prazo ou enquanto durar. Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira atual será paga principalmente a partir de 2023, devido à carência prevista no plano de Recuperação Judicial. Consequentemente a administração entende que o "efeito câmbio" não afetou até o momento a situação financeira da Companhia apesar de ter gerado um valor representativo de despesa de variação cambial.

Com relação aos ativos imobilizados e contas a receber, a administração também entende que não sofreu qualquer impacto decorrente do COVID-19, inclusive não identificando a necessidade de ajustes de impairment ou provisões de perdas em contas a receber ou outros ativos.

A Companhia tem reduzido a quantidade de colaboradores trabalhando nos escritórios, priorizando a realização de trabalhos home office para as áreas administrativas, no entanto, quando não é possível o trabalho remoto, são fornecidas condições adequadas para a realização dos trabalhos de forma a evitar o contágio, como por exemplo o fornecimento de álcool em gel e máscaras, aumento no número de ônibus para transporte de colaboradores, distanciamento durante realização de refeições no restaurante, comunicações e instruções sobre como se comportar e utilizar os equipamentos de segurança e proteção, informações atualizadas sobre casos suspeitos ou testados positivos com respectivas providências tomadas para cada caso.

Todas as ações citadas não têm sido exaustivas. A Companhia continua atuando diante de cada situação ou caso específico, buscando ser o mais eficiente, adequada, sensata e completa possível, à medida que o processo de aprendizado natural face um evento completamente novo e recente vem se tornando mais conhecida e compreendida na sociedade como um todo.

## 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## 2.1. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, com relação a apresentação da Demonstração do valor adicionado (DVA). Isto ocorre devido a legislação societária brasileira requerer que as Companhias abertas apresentem a DVA enquanto, que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) contingências; (ii) principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado; (iii) valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

#### 2.2. Ativos financeiros

## (a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

	Classificação
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio do resultado e/ou custo amortizado (i)
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado

(i) A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por descontos de recebíveis ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia mantém o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As demais contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.

## (b) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

#### (i) Custo amortizado

Os ativos, cujos fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa de ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados na rubrica "Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas".

## (ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A Companhia tem como prática a negociação de parte de seus Contas a receber de clientes com instituições financeiras por descontos de recebíveis ("FIDC"). Nesses casos, a Companhia mantém o ativo financeiro, pois, há o direito de regresso por parte da instituição financeira. Para esses títulos os saldos são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As demais contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.

## (c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade (Nível II).

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

## (e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

## 2.2.1. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, a metodologia de *impairment* aplicada dependente de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes a Companhia aplica abordagem simplificada conforme permitido pelo IRFS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, e perdas incorridas quando da evidência de deterioração da capacidade de pagamento por parte do cliente.

## 2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.4. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

#### 2.6. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- (a) Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro e IFRS 16 "Arrendamentos": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. A administração da Companhia está avaliando os impactos da reforma da IBOR, especialmente para os créditos inscritos na recuperação judicial.
- **(b) Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- (c) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- (d) Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1°. de janeiro de 2022.
- **(e) Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
  - (i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - (ii) IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
  - (iv) IAS 41 "Ativos Biológicos" remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos itens (b) à (e) a administração da Companhia está atenta, porém, não vislumbra modificações significativas em suas demonstrações financeiras.

## 2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## 2.7.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

## (a) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 14. As provisões para contingência são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados e escritórios jurídicos externos.

# (b) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso dos ativos imobilizado

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 10.

#### (c) Valor justo líquido de despesa de venda para os ativos imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, determinadas unidades da Companhia permaneciam com suas atividades paralisadas, dessa forma o valor recuperável dos ativos imobilizados foi determinado pelo valor justo líquido de despesa de vendas. A administração da Companhia contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do referido valor justo líquido de despesa de venda. O valor de realização foi determinado por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativos imobilizado que compõem o saldo testado, conforme metodologia aplicável, e comparados com o valor contábil de cada classe do ativo imobilizado por Unidade Geradora de Caixa ("UGC").

## 2.7.2. Julgamentos críticos

Mensuração da dívida inscrita na Recuperação Judicial a valor justo

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da aprovação do Plano de Recuperação Judicial, o passivo da Companhia foi devidamente mensurado a valor justo, tendo em vista a novação da dívida que compunha a o saldo da recuperação. Adicionalmente durante o exercício de 2020, diante de decisão proferida na Recuperação Judicial também foi observado alterações nos termos e condições de determinadas dívidas inscritas na Recuperação Judicial, resultando na extinção do passivo original e constituição de um novo passivo mensurado inicialmente ao valor justo. Para mensuração destes novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia utilizou do método de fluxo de caixa descontado, ao qual para determinação da taxa de desconto mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi necessário julgamentos e análise da administração juntamente a especialistas externos, considerando o risco de crédito obtido de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante, aos da Companhia após a implantação do plano de recuperação judicial.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e recursos em conta corrente Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	92,0% do CDI	1.731 38.239	4.079 15.955
			39.970	20.034

(i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

# 4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar os fluxos de caixa contratuais, e portanto, essas contas são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente são analisados se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber no país (i)	229.653	217.318
Contas a receber no exterior Ajuste a valor justo - carteira negociada	900 (3.406)	1.003 (4.287)
Ajuste a valor presente	(3.400)	(292)
	226.716	213.742
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa	(40.050)	(41.152)
	186.666	172.590
Circulante	186.650	172.293
Não circulante	16	297
	186.666	172.590

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 648 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2019) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 9(a)).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com taxa de desconto de 1% ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do Ajuste a valor presente foi registrada no resultado do período, na rubrica "Receitas (despesas) financeiras".

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi calculado o Ajuste a valor justo sobre o saldo de Contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos descontados.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 44.606 (R\$ 38.527 em 31 de dezembro de 2019) encontram-se vencidas e sem provisão para perdas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Até 90 dias De 90 a 180 dias Acima de 180 dias	2.527 703 41.376	3.087 770 34.670
	44.606	38.527

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa ("impairment") no montante de R\$ 40.050 (R\$ 41.152 em 31 de dezembro de 2019), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer Até 180 dias	1.250	869
Acima de 180 dias	539 38.261	45 40.238
	40.050	41.152

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo inicial Provisão constituída no período	41.152 2.347	38.588 2.564
Reversão de provisões e Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(3.449)	
Saldo final	40.050	41.152

Em 31 de dezembro de 2020, o adiantamento de clientes no montante de R\$ 20.878 (R\$ 7.234 em 31 de dezembro de 2019) decorre de antecipações de compras efetuadas por clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas e embalagens	417.938	311.670
Importações em andamento	48.540	20.261
Adiantamentos a fornecedores	115.153	12.242
Almoxarifado	9.175	8.037
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(694)	(1.853)
Provisão de obsolescência	(2.181)	(5.596)
	587.931	344.761

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custos dos produtos vendidos" totalizou R\$1.812.904 (2019 - R<math>\$1.008.167) nota 19.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
		Reapresentado (Nota 1.4)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)/(iv) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii) Programa de Integração Social - PIS (i)/(iv) IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos INSS a Recuperar (iii) Provisão para perda de créditos tributários - ICMS (ii) Provisão para perda de créditos tributários - PIS/COFINS (i) Outros	179.160 63.766 41.402 627 8.743 (2.347) (4.703)	223.559 67.947 51.974 681 8.568
·	286.648	343.041
Circulante Não circulante	32.515 254.133 286.649	117.604 225.437 343.041

(i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar R\$ 220.562 (R\$ 264.421 em 2019) decorre da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia é tributada à alíquota o (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 8.901 (R\$ 63.746 em 2019) encontrava-se sob verificação por parte da RFB, aguardando análise do agente fiscal, e o montante de R\$ 198.968 (R\$ 200.675 em 31 de dezembro de 2019) encontrava-se em discussão com a própria RFB e/ou no âmbito do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF") e o montante de R\$ 1.355 encontrava-se devidamente liberado, aguardando o ressarcimento via depósito bancário para Companhia. Adicionalmente o montante de R\$ 11.338 refere-se ao reconhecimento do indébito tributário decorrente do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, conforme item (iv) abaixo.

A mencionada discussão é travada no âmbito da RFB e do CARF e se refere a glosas de créditos fiscais apresentadas pela RFB no decorrer da análise dos pedidos de ressarcimento e/ou compensação dos aludidos valores. Essas glosas decorrem, sobremaneira, da apropriação de créditos sobre gastos relacionados com a contratação de:

- 1. Serviços portuários, necessários ao desembaraço e nacionalização dos insumos importados;
- 2. Serviço de transporte na aquisição, transferência de produtos sujeitos à alíquota zero; e
- 3. Serviço de transporte municipal.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos temas listados, a Companhia possui *legal opinion* de assessor jurídico externo abordando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao regime não cumulativo das aludidas contribuições, onde se conclui que os valores em discussão possuem probabilidade de perda remota, frente ao posicionamento dos tribunais superiores favoráveis à Companhia.

A administração da Companhia com o apoio de seus consultores jurídicos, revisou o estágio de análise pelos agentes fiscais para cada um dos pedidos de ressarcimentos e/ou compensação em aberto, considerando a natureza das glosas dos referidos créditos fiscais, como resultado procedeu com a constituição de provisão no montante de R\$ 4.703 (R\$ 9.689 em 31 de dezembro de 2019). Para o montante remanescente, considerando a probabilidade de perda dos referidos créditos e aos posicionamentos dos tribunais superiores a Companhia entende que nenhuma provisão adicional se faz necessária.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu como restituição de tributos federais essencialmente de PIS e COFINS o montante de R\$ 63.162, por meio de depósito bancário.

- (ii) Serão utilizados na aquisição de insumos para produção ou venda para terceiros, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 28.228, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto a autoridades estadual de São Paulo no montante de R\$ 13.734. Em decorrência da expectativa da administração em proceder com a venda dos créditos de ICMS a terceiros, uma provisão no montante R\$ 2.347 foi registrada sobre os créditos aprovados e em processo de aprovação.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou créditos no valor de R\$ 8.743 (R\$ 8.568 em 31 de dezembro de 2019), relativos ao trânsito em julgado ocorrido em 14 de dezembro de 2017 do processo que questionava a constitucionalidade do recolhimento de INSS sobre serviços tomados de cooperativas, o qual reconheceu de forma definitiva o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos a tal título durante o período de julho de 2010 a março de 2016. A Companhia procedeu com a reapresentação das cifras comparativas conforme Nota 1.4.
- (iv) Conforme mencionado na Nota 1.4, a Companhia vinha discutindo judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A administração entende que a partir do trânsito em julgado de sua ação, ocorrido 30 de setembro de 2020, obteve o direito legal garantido ao crédito, não se tratando de ativo contingente. No que se refere à mensuração do crédito, a decisão proferida pelos tribunais quanto ao processo da Companhia é omissa quanto à metodologia de mensuração, portanto, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia adotou a metodologia pelo valor destacado em nota fiscal. A mensuração do crédito levou também em consideração o prazo e as alternativas disponíveis para a sua realização.

Em relação ao assunto ainda, o Supremo Tribunal Federal julgará Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em face de decisões favoráveis aos contribuintes, e poderá indicar fatos novos acerca da forma de apuração do valor a ser redistribuído (se pelo bruto ou pelo líquido, esse último considerando os valores recolhidos) e da eventual modulação dos efeitos da decisão da inconstitucionalidade julgada. A administração da Companhia entende que não há impactos relevantes visto que seu processo é claro quanto a forma de mensuração do referido crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando o trânsito em julgado do seu processo específico, conforme diretrizes apresentadas acima, no exercício findo 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou créditos no valor de R\$ 11.338 (R\$ 11.112 em 31 de dezembro de 2019) relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS durante o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2020, devidamente corrigidos pela taxa SELIC. A Companhia procedeu com a reapresentação das cifras comparativas conforme Nota 1.4.

## 7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("Impostos Diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, pequenas variações entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos ("Impostos Diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social, quando aplicável. Os Impostos Diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os Impostos Diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imposto de renda a recuperar Contribuição social a recuperar	155.659 18.44 <u>3</u>	153.468 19.624
	174.102	173.092
Circulante Não circulante	60.093 114.009 174.102	74.523 98.569 173.092

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de PerdComps – Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até dezembro de 2020 de R\$ 157.444, protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2020, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

## (b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias:	128.258	125.747
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	1.101	1.458
Provisão para comissões sobre vendas	1.690	1.478
Provisão para contingências	12.945	13.495
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.616	3.310
Ajuste a valor presente	147	99
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	977	2.533
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão <i>impairment</i> - Imobilizado	101	370
Provisão para créditos tributários	2.397	3.294
Provisão para baixa de créditos	5.131	18.589
Provisão rateio de importação	4.217	4.217
Outras diferenças temporárias	9.631	9.192
Passivo:	169.462	184.033
Ajuste a valor justo (i)	(000 595)	(408.044)
Ajuste a valor justo (1) Imobilizado - custo atribuído (ii)	(399.585) (24.001)	(24.479)
Outras	(3.941)	(4.007)
Outras	(3.941)	(4.00/)
	(427.527)	(436.530)
Líquido	(258.065)	(252.497)

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 1.2.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

# (c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal dos tributos	(193.615) 34%	917.138 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	65.829	(311.827)
Benefícios fiscais e subvenções	1.612	202
Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(73.009)	
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo não constituído em anos anteriores.		59.128
<u>-</u>	(5.568)	(252.497)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(5.568)	(252.497)
<u>-</u>	(5.568)	(252.497)
Alíquota efetiva dos tributos	(3%)	28%

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.563	(31.563)	<u>-</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	479	479
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	28.208	(405.446)	(377.238)
Efeito tributário sobre movimentação dos prejuízos fiscais	124.262		124.262
Saldo em 31 de dezembro de 2019	184.033	(436.530)	(252.497)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	478	478
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(17.082)	8.525	(8.557)
Efeito tributário sobre movimentação dos prejuízos fiscais	2.511		2.511
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169.462	(427.527)	(258.065)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 1.710.381 (R\$ 1.485.112 em 31 de dezembro de 2019) de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais nenhum tributo diferido ativo foi constituído.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com o registro do imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos fiscais até o limite da lucratividade projetada para os próximos anos a qual leva em consideração também o limite legal de compensação das diferenças temporárias tributáveis (limite legal de 30% de compensação).

## 8. Outros Ativos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamento a fornecedores	7.551	2.718
Adiantamento a funcionários	717	1.285
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	4.861	5.305
Bens destinados a venda	5.744	3.691
Créditos com instituições financeiras (i)	4.547	21.081
Créditos diversos (ii)	-	4.670
Bonificações de compras	14.454	-
Outros	1.899	2.329
	39.773	41.079
Circulante	29.758	33.118
Não circulante	10.015	7.961
	39.773	41.079

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em virtude do Pedido de Recuperação Judicial da Companhia, determinadas Instituições Financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas Instituições Financeiras dadas em garantia, referente a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação judicial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após julgamentos de impugnações referente a processos aos quais instituições financeiras são contrapartes, o juiz recuperacional homologou decisões que permitiram a Companhia realizar os devidos abatimentos dos créditos retidos em contrapartida as dívidas inscritas no Plano de Recuperação Judicial junto as instituições financeiras.
- (ii) Referente à processo de desapropriação de terreno e galpão na cidade de Rio Grande da Serra SP, promovido pela prefeitura local, no ano de 1.988. Após todo o trâmite, inclusive com trânsito em julgado emitido pelo STJ Superior Tribunal de Justiça, foi gerado o precatório nº 5015/1992, cujo pagamento foi efetivado em 16 de março de 2020 mediante depósito bancário em conta da Companhia.

#### 9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial é controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia. A OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

## (a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo		
Contas a receber		
JFC V-Jorf Fert. Company S.A	112	114
OCP Fertilizantes Ltda	21	21
OCP	398	422
SAFTCO S.A	117	117
	648	674

Relacionado a valores a receber por descarregamento em prazo inferior ao previsto ("Desptch a receber")

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo Circulante	uc 2020	uc 2019
Fornecedores (i)		
OCP	236.490	163.123
SAFTCO	-	21.251
JFC V-Jorf Fert. Company	424	<u>-</u>
	236.914	184.374
	236.914	184.374
Empréstimos		
Dalton Dias Heringer	10.911	_
Dalton Carlos Heringer	6.746	_
Juliana Heringer Rezende	7.887	_
Eny de Miranda Heringer	10.911	_
Ziny de Mindida Herringer	36.455	-
Fornecedores – RJ		
Canpotex Limited	3.735	4.731
OCP	6.616	4.475
OCP Fertilizantes Ltda.	32.955	28.845
SAFTCO	1,221	826
JFC V-Jorf Fert. Company	<u>-</u>	2.400
	44.527	41.277
Empréstimos – RJ		
Dalton Dias Heringer (iii)	19.031	18.376
Dalton Carlos Heringer (iii)	10.587	9.254
Juliana Heringer Rezende (iii)	3.015	3.285
Eny de Miranda Heringer (iii)	9.714	8.560
	42.347	39.475
	359.819	80.752
	360.243	265.126

<sup>(</sup>i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios.

<sup>(</sup>ii) Os Empréstimos (mútuos) a pagar para partes relacionadas estão registrados na rubrica "Empréstimos e Financiamento— - RJ" do balanço patrimonial

## Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita de vendas Dalton Dias Heringer (i)	<u>36</u> 36	10 10
Custo dos produtos vendidos Dalton Dias Heringer (i)	(45) (45)	(7) (7)
Resultado	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras receitas operacionais OCP Dalton Dias Heringer	14 29 43	25 42 67
Despesas Financeiras Juros Recuperação judicial. Juros — Empréstimos - Mútuo	7.082 	(441) (441)
Compras OCP OCP Fertilizantes Ltda SAFTCO JFC V-Jorf Fert.Company Dalton Dias Heringer	166.527 27 - 23.420 - 189.974	91.536 1.198 233 5.128 4 98.099

<sup>(</sup>i) Decorrem da venda de subprodutos originados no processo produtivo.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos).

Em dezembro de 2016 a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios.

A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas.

A medida que as circunstancias que ocasionaram o pedido de recuperação judicial da Companhia afetaram sua capacidade de prosseguir com seus compromissos comerciais celebrados até essa data, os contratos com as partes relacionadas acima mencionada perderam sua eficácia, entretanto, após o pedido de recuperação judicial a Companhia vem realizando compras frequentes com a OCP, em condições de mercado sem vínculo contratual.

No tocante às garantias que recaíram sobre os imóveis, as mesmas permanecem inalteradas.

# (b) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de remuneração dos administradores da Companhia foi como segue:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2020	2019
Salários e encargos	2.067	2.578
Honorários dos administradores	2.365	2.470
Participação nos resultados	36	-
Plano de previdência privada	248	254
Benefícios pagos na rescisão	-	406
Outros		
	4.788	5.779

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de deprec	Taxas de depreciação - % ao ano	
	Nominal	Média ponderada	
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	3,12	
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	14,86	
Outros	De 10 a 50	17,65	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

# Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2019	66.340	305.053	79.423	8.771	11.032	470.619
Aquisições	-	-	112	28	870	1.010
Baixas	-	(30)	(1.920)	(239)	(602)	(2.791)
Depreciação	-	(11.988)	(15.154)	(2.866)	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(30.008)
Provisão para impairment (i)	-	(746)	(343)	-	-	(1.089)
Transferências		1.404	1.056	70	(3.519)	(989)
Em 31 de dezembro de 2019	66.340	293.693	63.174	5.764	7.781	436.752
Aquisições (ii)	_	-	304	563	25.384	26.251
Baixas	-	(314)	(2.276)	(143)	-	(2.733)
Depreciação e amortização	-	(10.428)	(14.855)	(2.172)	-	(27.455)
Transferências (iii)	(2.282)	(9.585)	8.607	99	(12.604)	(15.765)
Reversão provisão para impairment (i)	<del>-</del>	814	375			1.189
Em 31 de dezembro de 2020	64.059	274.180	55.329	4.111	20.561	418.239
Custo	66.340	383.418	322.066	31.570	7.781	811.175
Depreciação		(89.725)	(258.892)	(25.806)		(374.423)
Valor residual líquido em 31 de dezembro 2019	66.340	293.693	63.174	5.764	7.781	436.752
Custo	64.059	369.294	324.402	31.251	20.561	809.567
Depreciação		(95.182)	(269.106)	(27.040)		(391.328)
Valor residual líquido em 31 de dezembro 2020	64.059	274.112	55.296	4.211	20.561	418.239
Baixas	_	(314)	(2.276)	(143)	-	(2.733)
- Custo		(5.283)	(6.917)	(983)		(13.183)
<ul> <li>Depreciação e amortização</li> </ul>	-	4.969	4.641	840	_	10.450
i) Provição para impairment no montante de R& 1 080	anurado de acordo co				cia com o CPC 01 – Poducão	

<sup>(</sup>i) Provisão para *impairment*, no montante de R\$ 1.089, apurado de acordo com laudo de avaliação elaborado por empresa especializada em concordância com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos identificados com redução do valor recuperável (*impairment*) procedendo também com a reversão da provisão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

<sup>(</sup>ii) Em 31 de dezembro de 2020, as adições de imobilizado referem-se, substancialmente à: (a) adequação em edifícios e construções nas unidades de Paulínia – SP; Três Corações – MG e Viana – ES, e, também, reforma de maquinários que aumentaram a vida útil dos bens para as unidades de Candeias – BA, Paulínia – SP e Viana – ES.

<sup>(</sup>iii) As transferências referem-se a unidade de Uberaba, que em 31 de dezembro de 2020 foi classificada como mantida para venda e transferida para a rubrica "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 27).

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 273.232 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 289.522 em 31 de dezembro de 2019), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos. Dentre os ativos dados em garantias, estão relacionados bens relativos a unidade de Paranaguá, a qual está alienada fiduciariamente para um de seus credores suportando o passivo não circulante no montante de R\$ 236.490, conforme Nota 9. Os bens permanecem classificados no ativo imobilizado da Companhia, visto que a operação para liquidação da dívida e baixa do imobilizado depende de tramites jurídicos não concluídos até a presente data.

## Testes do ativo imobilizado para verificação de impairment

Considerando o histórico de prejuízo das operações da Companhia somados à paralisação de certas unidades produtivas e a Recuperação judicial (Nota 1.1), a administração da Companhia identificou a necessidade de realização de teste de redução ao valor recuperável dos ativos.

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020:

Unidades en operação		Unidades Hibernadas	Total
Ativo imobilizado	238.184	180.055	418.239

## (i) Unidades em operação

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros nominais para um período de 16 anos, prazo médio de vida útil dos principais ativos imobilizados da UGC. As taxas de crescimento de volumes de vendas utilizados não excedem as taxas de crescimento médias do segmento de fertilizantes no qual a UGC atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos dos valores em uso, em 31 de dezembro de 2020, são as que seguem:

IInidadaa am

	operação
Volume de vendas (% da taxa de crescimento média anual)	4,3%
Preço de venda (% da taxa de crescimento média anual)	2,3%
Margem bruta média (% de receita)	15,7%
Dispêndio anual máximo para aquisição de imobilizado - R\$ mil	48.282
Taxa de desconto - % (Pré-tax)	24,32%
Valor recuperável da UGC - R\$	916.164

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a Administração toma como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor de fertilizantes somado a expectativa de expansão e recuperação do mercado após a reestruturação da Companhia parte do processo de recuperação judicial.

Em 31 de dezembro de 2020, os fluxos de caixa foram projetados com base em uma taxa média de crescimento de volume de vendas de 4,3%, com uma margem média de EBITDA de 7,4%. Os valores referentes os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 1,4% a.a. Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua e teve por base o crescimento estimado por unidade de mistura. As projeções do fluxo de caixa foram trazidas a valor presente com base em taxa de desconto calculada pela administração de 24,32% a.a., antes do imposto de renda e da contribuição social.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas entre produtos convencionais e especial, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para o segmento.

Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

## (ii) Unidades Hibernadas

O valor recuperável da UGC das unidades hibernadas é determinado pelo valor justo líquido de despesa de venda. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor justo líquido de despesa de vendas dos ativos relacionados à estas unidades.

A avaliação do valor justo liquido das despesas de venda foi feita por meio do método comparativo de dados de mercado e quando na impossibilidade deste, foi aplicado o método de custo.

- Método comparativo de dados de mercado: Método de avaliação que consiste na comparação de dados de mercado, relativos a outros bens de características idênticas ou similares ao bem a ser avaliado.
- Método do custo: Método do custo é aquele em que o valor dos bens resulta de orçamento sumário ou detalhado ou da composição do custo de outros iguais ao bem a ser avaliado (custo de reprodução) ou equivalente

A avaliação do valor justo líquido da despesa de venda pelos métodos descritos acima é considerado Nível 2 na hierarquia de valor justo visto que foram obtidos a partir de dados de mercado observáveis, a partir de preços em transações observadas envolvendo bens comparáveis (ou seja, similares) em locais similares.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Máquinas, equipamentos industriais

O valor justo das máquinas e equipamentos, foi determinado através da comparação direta com outros bens de características iguais ou similares ao bem avaliando ofertados para a venda no livre mercado, considerando-se as informações obtidas durante a vistoria.

Na inexistência dessa possibilidade de cotação, foi determinado para o bem avaliado, o custo de reposição novo, através de pesquisa junto a fornecedores, revendedores, representantes e fabricantes, ou atualização do valor de aquisição contábil pelo IGPM-FGV; ou ainda por banco de dados próprio e atualizado, a esse valor de novo, foi aplicado o método de depreciação técnica "Curva de Iowa L2", de acordo com as informações técnicas obtidas durante a vistoria, tais como idade aparente, estado de conservação, grau de manutenção realizada e nível de obsolescência, e assim, determinado o valor justo

#### (b) Terrenos, edifícios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo liquido de despesa de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a determinação do valor unitário básico de mercado, foi realizado um levantamento junto ao mercado imobiliário local e pessoas afins, comparando-se este com outros semelhantes, em oferta ou transacionados, tomando-se o cuidado de considerar as características específicas do imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas.

Para a determinação do valor da edificação consideramos os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

Como resultado dos testes realizados, apurou-se que o valor justo líquido de despesa de venda dos ativos das unidades hibernadas totalizam R\$ 390.827, portanto, nenhum ajuste ao valor recuperável ("impaiment") se fez necessário.

## 11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	31 de dezembro <u>de 2020</u>	31 de dezembro de 2019
Contas a pagar no país Contas a pagar no exterior (i)	95.273 235.2 <u>35</u>	81.949 161.324
	330.508	243.273
Circulante Não circulante	317.836 12.672 330.508	230.067 13.206 243.273

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo de bonificações de compras junto fornecedores estrangeiros no valor de R\$ 20.269, a qual serão utilizadas somente após liquidações de dividas inscritas na recuperação judicial, sendo assim, a Companhia procedeu com cálculo e registro de ajuste a valor presente no montante de R\$ 18.803. Para o saldo remanescente no montante de R\$ 1.467, a administração procedeu com a provisão para perda, considerando o extenso prazo para realização.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 305.879 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial, dos quais R\$ 56.717 está apresentado no passivo circulante e R\$ 249.162 no passivo não circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 31 de dezembro de 2020.

## 12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda nacional				
Capital de giro	14,28% do Di a.a.	14,28% do Di a.a.	304.398	153.033
Finame	2,5% a.a.	2,5% a.a.	49	229
Finimp	12,6% a.a.	12,6% a.a.	241	-
Outras obrigações	Libor + 3,0% a.a.	Libor + 3,0% a.a.	3.129	9.376
			307.817	162.638
Circulante Não circulante			267.536 40.281 307.817	162.601 37 162.638

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

## i) <u>Capital de giro</u>

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as operações de capital de giro no curto prazo, referem-se a fomentos e desconto de recebíveis (FIDC's).

## ii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020 2021 2022 2023 em diante	267.536 38.448 1.833	162.601 34 3
	307.817	162.638

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## iii) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira					Moeda nacional		
	Financiamento de importação	Capital de Giro	Capital de giro nacional	Finame	Finimp	Outras obrigações	BNDES	Mútuo	Total	
Em 1º de janeiro de 2019 Captações	497.767 34.838	36.759 -	341.158 1.432.980	1.931	-	7.339 9.244	46.027 -	71.236 1.407	1.002.217 1.478.469	
<ul><li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li></ul>	(45.714)	-	(1.302.115)	(1.698)	-	(7.208)	-	-	(1.356.735)	
(-) Pagamento de juros	(2.669)	-	(29.240)	(63)	-	-	-	-	(31.972)	
<ul><li>(-) Compensação créditos precatórios em garantia (i)</li></ul>	-	-	(139.664)	-	-	-	-	-	(139.664)	
Transferência entre contas (ii)	(508.531)	(37.687)	(151.252)	-	-	-	(46.593)	(73.083)	(817.146)	
Provisão de juros	2.326	928	1.167	59	-	-	56	440	4.976	
Variação cambial não realizada	21.983								21.983	
Em 31 de dezembro de 2019			153.034	229		9.376			162.638	
Captações	-	-	1.772.563	-	241	2.961	-	-	1.775.766	
<ul><li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li></ul>	-	-	(1.620.560)	(180)	-	(9.208)	-	-	(1.629.949)	
(-) Pagamento de juros	-	-	(37.266)	(5)	-	-	-	-	(37.271)	
Provisão de juros	-	-	173	5	-	-	-	-	178	
Transferência entre contas (iii)								36.455	36.455	
Em 31 de dezembro de 2020		_	267.944	49	241	3.128		36.455	307.817	

<sup>(</sup>i) Compensação de créditos precatórios em garantia junto a instituição financeira, ao qual foi encerrado o processo em 2 de abril de 2019

<sup>(</sup>ii) Transferência de saldos de Empréstimos e financiamentos para a rubrica de Empréstimos e Financiamentos RJ conforme Plano de recuperação judicial, incluindo a transferência de operações de *Forfait*, anteriormente classificados na rubrica Fornecedores.

<sup>(</sup>iii) Em junho de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial julgou procedente o pedido de impugnação que requereu a extraconcursionalidade do saldo junto a um de seus credores, portanto, o referido valor foi transferido dos valores da recuperação judicial da Companhia, e reclassificado para rubrica de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 13. Dívidas inscritas na Recuperação judicial

Conforme mencionado na Nota 1.2, em 3 de dezembro de 2019 foi aprovado em Assembleia geral de credores o Plano de recuperação judicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, em decorrência a aprovação do Plano de recuperação judicial em Assembleia geral de credores e homologação da Recuperação judicial pelo juízo recuperacional, a administração da Companhia avaliou conforme CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros que os termos e condições originalmente firmados entre a Companhia e seus credores, foram substancialmente modificados, de forma que o passivo financeiro original foi extinto e um novo passivo financeiro foi criado, esse mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dívidas em moeda estrangeira.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação Judicial totaliza R\$ 929.041 em 31 de dezembro de 2020. O referido Plano de Recuperação Judicial, apresenta as dívidas da Companhia em quatro classes de acordo com a Lei 11.101/2005, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fornecedores – RJ (i)		
Classe II – Garantia Real	94.777	68.289
Classe III – Quirografários	475.545	252.921
Classe IV – Quirografários EPP/MP	3.350	3.703
	573.672	324.913
Circulante	-	3.025
Não circulante	573.672	321.888
	573.672	324.913
Empréstimos		
Classe II – Garantia Real	146.211	120.015
Classe III – Quirografários	200.805	295.953
	347.016	415.968
Circulante	-	39
Não circulante	347.016	415.929
	347.016	415.968
Salários e encargos sociais (ii)		
Classe I – Trabalhista	8.353	28.220
	8.353	28.220
Circulante	8.353	23.507
Não circulante	-	4.713
	8.353	28.220
Corresponde as divides enjundes de compres de metéries primes	prostocoog do somicos	a compres de

<sup>(</sup>i) Corresponde as dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de Adiantamentos de clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) O passivo registrado na rubrica Salários e Encargos Sociais - RJ, corresponde a dividas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

## 14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão para contingências era composta como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas (-) Depósitos judiciais	- -	786 (685)
Trabalhistas e previdenciárias (a) (-) Depósitos judiciais	32.463 (3.194)	32.036 (3.343)
Cíveis e ambientais (-) Depósitos judiciais	29.269 5.610 (7) 5.603	28.693 6.163 (303) 5.860
Provisão para contingências (-) Depósitos judiciais	38.073 (3.201) 34.872	38.985 (4.331) 34.654

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro	31 de dezembro
	<u>de 2020</u>	de 2019
Saldo inicial	38.985	30.015
Constituição (reversão), líquida	(2.523)	6.847
Atualização monetária	1.611	2.123
Saldo final	38.073	38.985

# ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributários e administrativos	14.096	15.261
Cíveis e ambientais (i)	2.249	10.063
Previdenciários	3.577	3.432
Trabalhistas	3.452	3.618
	23.374	32.374
Classificados como redutores da provisão para contingência	(3.201)	(4.331)
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	20.173	28.043

<sup>(</sup>i) A redução do saldo de depósitos judiciais de natureza cíveis e ambientais decorre substancialmente da compensação do montante de R\$ 7.700 mil para pagamento de credor inscrito na recuperação judicial.

# iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como "Possível", para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias(i) Trabalhistas e previdenciárias (ii) Cíveis e ambientais (iii)	230.078 37.825 14.625	241.484 61.534 51.818
	282.528	354.836

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de PIS e COFINS para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 215.212 (R\$ 206.459 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 14.866 (R\$ 10.472 em 31 de dezembro de 2019), em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa. A redução dos valores de passivos contingentes trabalhistas ocorreu, principalmente, devido a dois processos trabalhistas os quais a Companhia obteve decisões favoráveis, alterando então, sua classificação para "remoto", conforme avaliação dos consultores jurídicos.
- (iii) As ações cíveis e ambientais com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá, os quais, durante o primeiro semestre de 2020, tiveram substancial redução de volume na quantidade de processos, assim como, ocorreram inúmeras sentenças e acórdãos no decorrer do exercício de 2020, julgando totalmente improcedente os pedidos dos autores das respectivas ações judiciais.

### iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$ 1.585.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 34.627 (R\$ 32.878 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

### vi) Ação incidental de produção de provas

Conforme informado em Fato Relevante datado de 6 de fevereiro de 2020, um potencial investidor de forma retaliatória ingressou com ação judicial de produção antecipada de provas contra a Companhia, em relação ao processo de recuperação judicial e peças contábeis disponibilizadas, em consequência de não ter obtido êxito nas negociações de aquisição do controle da Companhia conforme pretendido. O referido processo encontra-se em fase de preparação dos questionamentos pelas partes ("rol de quesitos"), os quais deverão ser respondidos pelo Perito Judicial no laudo pericial. A administração da Companhia embasada por seus consultores jurídicos não vislumbra embasamento que suporte tal pleito e portanto nenhum reflexo desse tema foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

# 15. Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

### (a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

### (c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, o montante que seria destinado a reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 4.741, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2020, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2017	2018	2019	2020	Total
PSDI (i)	208.546	8.871	87	-	217.504
Desenvolve (ii)	10.217	7.188	1.499	4.741	23.645
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	6.685
	225.448	16.059	1.586	4.741	247.834

Benefício fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16. Outros passivos

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras contas a pagar (i)	15.282	34.066
Demurrage a pagar	12.638	12.934
Custo de importação a pagar	23.258	10.669
Provisão de comissões	4.972	4.347
Rateio de importação	45	242
Outros		343
	56.195	62.601

(i) Refere-se a obrigações trabalhistas relacionadas aos artigos nº 467 e 477 da CLT que trata de multas por atraso no pagamento de verbas rescisórias no montante de R\$ 10.043 em 31 de dezembro de 2019, e gastos com consultoria administrativa e financeira relacionadas à Recuperação Judicial no montante de R\$ 10.204 (R\$ 24.023 em 31 de dezembro de2019). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com a reversão da provisão pertinente aos artigos 467 e 477, devido ao fato de não ter sido impetradas ações por ex-colaboradores pleiteando os valores, remanesceu ainda o montante de R\$ 5.078, corresponde a provisão para pagamentos de honorários sucumbenciais referente aos acordos firmados junto a credores inscritos no Plano de Recuperação Judicial.

### 17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(199.183)	664.641
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	53.857	53.857
Resultado básico por ação ordinária	(3,6984)	12,3408

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não há diluição de prejuízos.

### 18. Receita operacional líquida

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente o controle e todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Vendas brutas de produtos	2.242.714	1.198.902
(-) Deduções da receita bruta de vendas: Perda esperada nos recebimentos das vendas:	(281)	(227)
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e	(381)	(227)
devoluções de vendas	(7.032)	(5.663)
Impostos sobre as vendas	(25.850)	(13.258)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	-	87
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	4.741	1.499
	2.214.192	1.181.340

### 19. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas e materiais de produção	1.812.904	1.008.167
Despesas com transporte	49.187	26.311
Despesas com pessoal (Nota 22)	83.869	116.956
Despesas comerciais	19.331	16.009
Depreciação e amortização	27.778	30.360
Participação nos resultados (Nota 22)	8.933	-
Despesas com publicidade	688	736
Arrendamentos mercantis	436	543
Despesas com consultorias (i)	5.982	48.681
Outros gastos	58.217	77.599
ŭ	2.067.325	1.325.362
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	1.896.292	1.103.100
Despesas com vendas	93.990	89.889
Despesas gerais e administrativas	77.044	132.373
•	2.067.326	1.325.362
	, ,	3 0 0

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do processo de preparação do Plano de recuperação judicial a Companhia incorreu em despesas significativas com consultorias.

# 20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

	31 de dezembro de <u>2020</u>	31 de dezembro de 2019
Variação cambial ativa Variação cambial passiva (i)	84.250 (338.989) (254.739)	80.885 (143.579) (62.694)

(i) Variação cambial substancialmente gerada devido ao aumento da taxa de câmbio no exercício, referente as dívidas, em moeda estrangeira, inscritas na recuperação judicial.

## 21. Despesas financeiras, líquidas

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 Reapresentado (Nota 1.4)
Despesas financeiras Perdas com instrumentos financeiros derivativos Juros sobre passivos financeiros Descontos concedidos Juros incorridos sobre as dívidas inscritas na Recuperação judicial Despesas com ajustes a valor presente Despesas com ajustes a valor justo Tributos e taxas sobre operações financeiras	(48.307) (3.349) (88.800) (1.346) (3.307) (2.757)	(149.934) (69.622) (1.906) - (24.927) (4.614) (4.439)
Variações monetárias passivas  Receitas financeiras	(658) (148.524)	(281)
Variações monetárias ativas Receitas com ajustes a valor presente Ajustes a valor justo do passivo inscrito na Recuperação judicial (i) Receitas com ajuste a valor justo Ganhos com instrumentos financeiros derivativos Rendimentos sobre aplicações financeiras Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	17.484 14.656 15.685 4.186 - 56 2.852	29.738 15.864 1.200.131 - 135.526 183 2.132
	54.919 (93.605)	1.383.574 1.127.851

<sup>(</sup>i) Referente aos impactos pela mensuração do passivo financeiro da Companhia inscrito na recuperação ao valor justo no reconhecimento inicial (Nota 1.2). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da decisão judicial que determinou a extraconcursionalidade da dívida de um de seus credores. Como resultado a Companhia procedeu com a reclassificação de dívida no montante atualizado de R\$ 36.455, para a rubrica de Empréstimos do passivo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ordenados e salários	53.090	50.807
Indenizações	2.993	32.446
Reversão de provisão para indenizações (i)	(10.043)	-
Custos de previdência social	13.979	12.351
Benefícios previstos em Lei	7.337	6.136
Benefícios adicionais (ii)	16.513	15.216
	83.869	116.956
Participação nos resultados	8.933	
	92.802	116.956

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu com a reversão da provisão pertinente aos artigos 467 e 477, conforme Nota 16.
- (ii) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação

## 23. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		31 de 0	dezembro de 2020
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme Balanço Patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	104.844	39.970 81.822	39.970 186.666
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	9.522	9.522
Depósitos judiciais Dep. Judiciais, redutor da prov. contingências.	-	20.173 3.201	20.173 3.201
	104.844	154.688	259.532

31 de dezembro de 2020

# Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos, conforme Balanço Patrimonial Empréstimos e financiamentos Empréstimos e financiamentos - RJ Fornecedores Fornecedores - RJ Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	- -	Outros passivos financeiros 307.817 347.016 330.508 573.672 36.112	Total  307.817 347.016 330.508 573.672 36.112
	-	1,595.125	1.595.125
		31 de	e dezembro de 2019
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	- 106.922	20.034 65.668	20.034 172.590
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	-	31.182	31.182
Depósitos judiciais Dep. Judiciais, redutor da prov.	-	28.043	28.043
contingências.		4.331	4.331
	106.922	149.258	256.180
		31 de	e dezembro de 2019
	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos	_	162.638	162.638
Empréstimos e financiamentos - RJ	415.968	-	415.968
Fornecedores	-	243.273	243.273
Fornecedores - RJ Outros passivos, excluindo pagamentos	324.913	-	324.913
antecipados	<u> </u>	24.172	24.172
	740.881	430.083	1.170.964

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

31 de	dezembro	de	2020

# Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros	<u> </u>	
Caixa e equivalentes de caixa	39.970	39.970
Contas a receber de clientes	186.666	186.666
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	9.522	9.522
Depósitos judiciais	20.173	20.173
Depósitos judiciais, redutor da provisão para contingência	3.201	3.201
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(307.817)	(307.817)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(347.016)	(347.016)
Fornecedores	(330.508)	(330.508)
Fornecedores - RJ	(573.672)	(573.672)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(36.112)	(36.112)

	31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	20.034	20.034
Contas a receber de clientes	172.590	172.590
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	31.182	31.182
Depósitos judiciais	28.043	28.043
Depósitos judiciais, redutor da provisão para contingência	4.331	4.331
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(162.638)	(162.638)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(415.968)	(415.968)
Fornecedores	(243.273)	(243.273)
Fornecedores - RJ	(324.913)	(324.913)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(24.172)	(24.172)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para mais detalhes.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Hierarquia de valor justo - Instrumentos financeiros

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
	Nível II	Nível II	
Ativos financeiros Subcarteira negociada - FIDC	104.844	106.922	
Passivos financeiros			
Fornecedores - RJ		324.913	
Empréstimos e financiamentos - RJ		415.968	
Salários e encargos - RJ		28.220	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

## 24. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

### (a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

## (b) Risco de mercado

## Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O grande volume de dívidas da Companhia está concentrado na Recuperação Judicial, cuja as taxas de juros são pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Importação em andamento (Nota 5) (US\$ 9.341) (US\$5.027) em 31/12/2019)	Até 35 dias	(48.540)	(20.261)
Fornecedores no exterior (Nota 11) (US\$ 45.266) (US\$ 40.024 em 31/12/2019)	Até 180 dias	235.235	161.324
Fornecedores – RJ US\$ 147.051 / €\$ 492 (US\$ 65.650 em 31/12/2019) (Nota 13)  Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 140.511 mil/ (US\$ 74.924/€\$ 18 mil em 31/12/2019) (Nota 13)	Até o ano de 2045	764.179	264.615
	Até o ano de 2045	730.192	299.982
		1.681.066	705.660
Contas a receber no exterior US\$ 173 (US\$249 em 31/12/2019) (Nota 4)	Até 30 dias	(900)	(1.003)
Exposição líquida		1.680.166	704.657

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas podem ser avaliados mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo Baixo risco para longo prazo	39.970	20.034
	39.970	20.034

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de Um ano	Entre Um e Dois anos	Entre Dois e Vinte e Cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	162.601	37	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	39	-	415.929
Fornecedores	230.067	13.206	-
Fornecedores - RJ	3.025	-	321.563
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	24.172	-	-
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	267.536	3.826	36.455
Empréstimos e financiamentos - RJ	-	-	347.016
Fornecedores	81.346	249.162	-
Fornecedores - RJ	-	-	573.062
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	36.112	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 5,3000/US\$ e R\$6,4350/EUR\$, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central /BC.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

### Câmbio USD

	Impacto no res	Impacto no resultado do período e no Patrimônio Líquido - Cenários				
	II	III	Provável	II _	III	
Cotação do dólar	-25% R\$ 3.9750	-50% R\$ 2,6500	R\$ 5,3000	25% R\$ 6,6250	50% R\$ 7,9500	
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito Fornecedor no exterior RJ Empréstimos e Financiamento RJ Contas a receber no exterior	(47.602) (194.842) (186.177) 229	(95.203) (389.685) (372.353) 459	(3.711) (15.190) (14.515) 18	47.602 194.842 186.177 (229)	95.203 389.685 372.353 (459)	
	(428.392)	(856.782)	(33.398)	428.392	856.782	

#### • Câmbio EUR

	Impacto no re	Impacto no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido - Cenários				
	II	III	Provável	II	III	
Cotação do Euro Fornecedor no exterior RJ	-25% R\$ 4,8262 792	-50% R\$ 3,2175 1.583	6,4350	25% R\$ 8,0437 (792)	50% R\$9,6525 (1.583)	
	792	1.583	<u> </u> .	(792)	(1.583)	

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e empréstimos, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 70% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, esse índice ficou em 50,9% (22,7% em 31 de dezembro de 2019).

### 25. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para unidades de Candeias – BA e Viana – ES com limite máximo de indenização de R\$67.000, para as unidades de Dourados - MS, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações – MG, Uberaba - MG e Paranaguá – PR, com limite máximo de indenização de R\$30.000, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$100, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$50.000.

## 26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 7 unidades misturadoras da Companhia em funcionamento e 6 unidades hibernadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita Bruta de Vendas Deduções e Impostos sobre Vendas	-	2.242.714 (28.522)	2.242.714 (28.522)		1.198.902 (17. 562)	1.198.902 (17. 562)
Receita Líquida de Vendas		2.214.192	2.214.192		1.181.340	1.181.340
Custos dos Produtos Vendidos	(3.543)	(1.892.749)	(1.896.292)	(5.696)	(1.097.403)	(1.103.100)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(3.543)	321.443	317.900	(5.696)	83.937	78.240
Despesas Operacionais	-	-	(163.171)	-	-	(226.259)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas			(348.344)			1.065.157
Lucro (Prejuízo) Operacional	-	-	(193.615)	-	-	917.138
Imposto de renda e contribuição social			(5.568)			(252.497)
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício		-	(199.183)			664.641
Depreciação e amortização	1.075	26.703	27.778	2.572	27.788	30.360
EBITDA	(2.468)	181.427	182.507	(3.124)	(119.386)	(117.659)

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	<b>Industrial</b>	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques Imobilizado e Intangível Demais ativos	1	587.930	587.931	1	344.760	344.761
	29.857	395.401	425.258	30.087	414.008	444.095
		797.724	797.724		791.077	810.757
Total dos ativos	29.858	1.781.055	1.810.913	30.088	1.549.845	1.599.613

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento. Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (superfosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 1.075 (R\$ 2.572 no mesmo período de 2019).

## 27. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

O saldo abaixo refere-se a unidade de mistura de Uberaba/MG a qual, em 31 de dezembro de 2020, estava hibernada, e em processo de alienação conforme descrito na Nota 28.

Classe de ativos não circulante mantidos para venda:

	31 de dezembro de 2020
	<u>ue 2020</u>
Edifícios e Construções	10.534
Imobilizações em andamento	54
Instalações	34
Máquinas e Equipamentos	2.782
Moveis e Utensílios	80
Terrenos	2.281
	<u>15.765</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 28. Evento subsequente

### (a) Alienação Unidade Produtiva - Uberaba

Em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Promessa de Compra e Venda de Unidade Industrial com a Agro Industrial São Luiz Ltda, empresa do Grupo Cibrafértil – Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Compradora"), e CMOC Brasil Mineração, Indústria e Participações Ltda. ("Interveniente Anuente"), por meio do qual a Companhia se comprometeu a vender o Prédio Industrial emplacado com o número 21.930, pela Avenida Filomena Cartafina, Distrito Industrial III, na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais ("Planta Uberaba") para a Compradora ("Venda").

Por força de escritura pública de abertura de limite de crédito rotativo para aquisição de insumos agropecuários com garantia de alienação fiduciária celebrada entre a Companhia e a Interveniente Anuente em 12 de setembro de 2018, a Planta Uberaba encontrava-se alienada para a Interveniente Anuente. Dessa forma, o crédito por ela detido era extraconcursal, motivo pelo qual a Venda foi realizada de forma alheia à Recuperação Judicial.

O preço ajustado para a venda é de R\$ 55.000 a ser pago em três prestações anuais, diretamente à conta bancária da Interveniente Anuente.

A eficácia da Venda está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Por fim, a Interveniente Anuente se comprometeu a dar baixa em todos os gravames que recaem sobre a Planta Uberaba.

## (b) Ressarcimento de créditos tributários (IRPJ)

Em 19 de fevereiro de 2021, a Receita Federal do Brasil, procedeu com depósito em conta bancária da Companhia, o montante de R\$ 14.116, correspondente a parte dos créditos tributários federais de IRPJ, relativos aos exercícios 2015 e 2016.que haviam sido glosados pela Receita Federal do Brasil e que após apresentação da manifestação de inconformidade, vieram agora ser deferidos, de forma expressa e definitiva, o direito à restituição.

\* \* \*